

## O INDIANISMO ALENCARIANO E A NARRATIVA DA FORMAÇÃO NACIONAL

Maria Edith Maroca de A. R. de OLIVEIRA<sup>1</sup>

### RESUMO

Neste artigo propomo-nos uma reflexão sobre o indianismo alencareano como interpretação da formação da nacionalidade brasileira, buscando ver a literatura indianista alencareana como um modo de re-descobrir o Brasil e seu povo, como também a história dos mesmos.

PALAVRAS-CHAVE: Indianismo alencariano, narrativa de formação nacional, história e literatura.

Neste artigo propomo-nos a uma reflexão sobre o indianismo alencareano como interpretação da formação da nacionalidade brasileira. Assim, nossa perspectiva diverge diametralmente do que vem sendo seguidamente afirmado pela crítica, que vê no indianismo alencareano ora colaboracionismo para com o poder ora idealização pura e simples. Em nossa percepção, Alencar autor utiliza a temática indianista como maneira de descobrir o Brasil e o povo brasileiro — em sua dívida para com o indígena — que, em sua opinião, necessitava ser reinserido na história do Brasil. Alencar torna-se, portanto, Ativador de uma leitura sociológica e histórica, em que pretende reavaliar o processo de formação da nacionalidade a partir da assimilação do elemento autóctone. E, principalmente, a ele interessava destacar a contribuição do indígena para a língua e a cultura brasileiras, em esforço declaradamente indigenista. Cabe ressaltar aqui que nos referimos a indianismo como ficção sobre o índio e a indigenismo como o estudo antropológico do mesmo. E, na obra de Alencar, estes dois discursos se misturam produzindo uma ficção que se dirige ao realismo histórico — no sentido *strictu sensu* da palavra.

O indianismo alencareano, que desenvolveu, de fato a literatura americana — nos dizeres de Machado — e teve um papel importantíssimo na formulação de um ideário nacional em sua época, cujos reflexos se fazem sentir ainda hoje é, talvez por isto mesmo, o alvo maior da crítica literária. O papel de sistematizador de uma imagem de brasilidade que inserisse — ainda que de forma secundária — o indígena na história do Brasil e na formação da nacionalidade brasileira, é o ponto fulcral e a maior fragilidade da literatura alencareana, na perspectiva da crítica literária. Ponto fulcral, porque de fato as obras sobre as quais mais se escreve, dentre toda a produção literária de Alencar, são suas obras indianistas. E sua maior fragilidade, porque sobre estas obras a crítica tece as censuras mais virulentas, girando sempre em torno de uma incômoda situação de herança litero-cultural. A obra alencareana parece personificar uma memória “histórica” com a qual temos de conviver em eterna discordância, uma vez que não satisfaz nosso ideal de passado. Na verdade, a eterna rixa com o suposto colaboracionismo alencareano tem revelado muito mais sobre nossa perspectiva de Brasil e nossa insatisfação com o passado, que realmente sobre as questões acerca das quais escrevia Alencar, ele próprio envolvido em sua época com as próprias insatisfações acerca da realidade nacional. São estas as questões que ficam sem resposta a cada vez que simplesmente tachamos Alencar de ingênuo ou, ao contrário, de defensor do processo colonizador.

O indianismo alencareano só se dá a perceber em sua plenitude, ao ser reinserido em seu tempo, quando dialogou com uma produção bastante rica em que o indígena ocupava o centro das atenções literárias e historiográficas, dividindo opiniões. Se, em termos literários, o indígena era a ficção graciosa que simplificava as questões verdadeiramente importantes, em termos práticos o índio era um problema e uma solução para questões bem pouco ficcionais. E Alencar se acercou de

---

<sup>1</sup> Universidade Federal de Ouro Preto, M.G.

todo o debate indianista/indigenista da época, produzindo uma versão que se encaixava exatamente no centro do debate, entre a literatura e a história.

Pesquisador incansável, tudo serviu de insumo às suas indagações: a memória oral, as memórias do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, a literatura internacional, os cronistas europeus, todas as fontes possíveis foram consultadas por ele. E isto numa perspectiva essencialmente crítica, em que o diálogo com as fontes históricas se fazia de maneira arguta levando, por vezes, à discordância com os autores pesquisados. Assim é que Alencar apresentará invulgar noção de etnocentrismo *avant-la-lettre*, ao discordar das críticas aos indígenas feitas pelos cronistas e viajantes, que acusava de parciais por serem eles europeus. Alencar demonstrou-se um vanguardista de primeira hora ao propor uma visão descentrada do indígena, ainda durante a “Polêmica da **Confederação dos Tamoios**”, quando afirmava ser necessário desligar-se do imaginário europeu para pensar e escrever como indígena como única forma de tratar adequadamente do tema.

Desta maneira, de **O Guarani** a **Iracema** pode-se notar um salto qualitativo em relação à sua compreensão do processo civilizador que, certamente, decorre de suas pesquisas e reflexão sobre o passado brasileiro. Queremos, inclusive, poder perceber **Iracema** como uma reproposta/revisão do mito de fundação esboçado em **O Guarani**, onde o ideal de nação se filiava ainda bastante ao projeto civilizador europeu. Em termos bíblicos, em **O guarani** o fundador do Éden colonial é Dom Antonio de Mariz, que para cá se muda com armas e bagagens, propondo o transplante (fracassado) das instituições portuguesas, para isso este que ao final será apagado pelo dilúvio. Em decorrência abre-se espaço para o Noé indígena (Peri) construir uma nova e ideal proposta de fundação que, porém, desaparece nas últimas linhas da obra. Já **Iracema** parece propor uma nova perspectiva em que o colonizador (Martim) se “obnubila” ao contato da civilização indígena. E a “nova Eva” (Iracema) que põe a perder o paraíso – representado pela civilização indígena – deixa de herança o mestiço racial e cultural (Moacir), a partir do qual surgirá verdadeiramente a nova civilização.

Vale lembrar a crítica da suposta tendência alencareana de apagamento do conflito, o que não é de toda verdade. N’**O Guarani**, ele se apresenta a partir da posição ambivalente de Peri na casa dos Mariz e pela hostilidade com que é tratada a mestiça Isabel. Em **Iracema** a “virgem dos lábios de mel” assiste, em agonia, ao desaparecimento de sua tribo, inimiga dos brancos. Há que lembrar finalmente, que a violência de certa maneira se justifica pela necessidade do processo de formação nacional. Se considerarmos estar Alencar escrevendo uma espécie de narrativa historiográfica, deve-se então considerar que, na formação histórica da nacionalidade, o encontro entre as culturas se deu da forma ali narrada. Ou seja, Alencar está menos preocupado em privilegiar mocinhos ou bandidos que revelar a história tal qual se deu, com conflitos e aproximações, indígenas aliados e inimigos. E finalmente, em meio à história vivida do desaparecimento dos indígenas, interessava ao autor a rememoração do encontro entre as duas civilizações e a importância deste encontro na formação da nação diferenciada.

A acuidade de sua consciência da verdade histórica se demonstra principalmente pelas notas de rodapé, que vão se avolumando a ponto de causar espécie na crítica. Tal qual uma obra historiográfica, a narrativa alencareana vai dialogando in texto com as fontes, a partir dos pés de página, nos quais a crítica tem tendido a ver uma outra narrativa, paralela à ficcional. Em verdade, o objetivo alencareano era o diálogo entre as narrativas histórica e ficcional, em busca do que ele chamava de uma “história viva”, a qual devia fazer reviver os momentos históricos de maneira a que se corrigissem as versões equivocadas dos cronistas. E desta maneira, o autor construiu uma narrativa que se pode perceber tão próxima da verdade quanto aquela produzida pela historiografia.

Assim, o indígena de Alencar apresentava dupla função: em primeiro lugar, ele se demonstrava como diferenciador da cultura nacional, uma vez que foi essencial na história da colonização a apropriação da cultura indígena, como maneira de o colonizador se assenhorear da terra; e, em segundo lugar, um ícone da tendência democrática e da busca de liberdade pelo “povo” brasileiro, uma vez que são justamente os indígenas (Peri de **O Guarani**) e mestiços (Arnaldo d’**O Sertanejo**) de sua ficção que simbolizam o contraponto à ordem, onde não se encaixam. Desta maneira, em meio às loas à nacionalidade, Alencar utiliza a caracterização do povo e da formação nacional para fazer pensar sobre a formação da nação, tanto em termos sociais como políticos, de

maneira bastante avançada para os padrões da época. E, principalmente, através da fábula indianista **Ubirajara**, parece propor um novo Estado, mais democrático e que concilie, de maneira dialógica, as correntes em si presentes. O Ubirajara que consegue unir duas tribos inimigas de maneira pacífica e cordial apresentava-se como um ideal a ser seguido pela Nação que, à época, se dividia entre partidos e tendências difíceis de pacificar e em constante guerra civil.

Quanto ao conciliadorismo de Alencar, por sinal, muito já foi dito. Mas o que parece escapar à crítica é que a conciliação de interesses é o objetivo da democracia liberal, que está no cerne das tendências políticas de Alencar como afirma Wanderley Guilherme dos Santos em “A teoria da democracia proporcional de José de Alencar”(SANTOS,1991, p.09-56). O Brasil de Alencar deixa de ser o gigante “deitado eternamente em berço esplêndido”, para se mostrar em ação culturalizante e formadora da nação. E este potencial evolutivo e civilizador deveria se demonstrar já nos primórdios da colonização, pela integração entre colonos e índios, natureza e civilização.

Tal processo se efetivava na narrativa histórico-indianista do autor, que inicia na natureza (**O Guarani**, **Iracema**) para finalizar na sociedade já formada (**As Minas de Prata**), sistematizando uma narrativa da evolução cultural brasileira a partir de sua ficção. Em busca de provar suas teses a respeito da nacionalidade brasileira, Alencar vai experimentando variados gêneros, desde o indianismo até o romance de costumes, sempre em busca de narrar a história da formação da nação. Ao fim, Alencar nos legou uma ficção unificadora, diferenciada da metrópole e proponente de uma revisão do papel histórico da grande minoria de sua época – o indígena. Graças a ele, a sociedade brasileira interiorizou o “mito” – não de todo ficcional – da miscigenação como raiz da formação do povo brasileiro.

E, de fato, apesar de mal comparecerem às narrativas historiográficas, o índio esteve presente e atuante na história do Brasil, principalmente no período de fundação. Portanto, Alencar revisa corretamente a narrativa historiográfica ao reinseri-lo no processo. E ainda, a forma como se propõe a participação dos indígenas em Alencar, se por um lado idealiza os personagens (condição necessária à ficção) por outro narra verdades por vezes indesejáveis, mas históricas. Iracema, a virgem que se entrega ao branco selando o destino de sua tribo e por extensão, de todos os índios não existiu, de fato, como personagem, mas como atitude. E Peri e Poti, que amigavelmente se bandearam para o lado dos portugueses na ficção – em **O Guarani** e **Iracema**, respectivamente – também não deixam de ser plausíveis, sendo que o Poti é verdadeiramente um personagem histórico.

Em verdade, se, como querem os críticos, o indianismo alencareano destinava-se a ovacionar a nação, propondo o apagamento dos conflitos, há que reconhecer que a obra foi invadida pela história. E, neste sentido, a Isabel de **O Guarani** é um ícone desta historicidade, ao se apresentar como o fruto indesejável de uma sociedade racista, posição escancarada á obra pela situação de “gata borralheira” em que se encontra. Alencar propõe a reabilitação do indígena e escancara o preconceito, uma vez que a nação que à época se formava, propunha o “mito” da miscigenação enquanto desvalorizava os indígenas.

Para esta sociedade, o lugar do índio era a floresta. Em fala de Dona Lauriana, esposa de Dom Antonio de Mariz, é a sociedade brasileira que se manifesta sobre os Peris passados e presentes: “— Sem dúvida: essa casta de gente, que nem gente é, só pode viver bem nos matos.”(Alencar, 2002, p. 101). Ironicamente ela tem razão, pois ao fim da obra, a floresta se demonstrará como o único refúgio possível de igualdade entre a branca Ceci e Peri: o “negro da terra”. Só aí Peri pode assumir sua masculinidade, sua real condição social de “Rei das Selvas” e cortejar Cecília. Só aí, parece afirmar Alencar, o indígena tem espaço social. Findo o estado de natureza, ocorrido pela colonização, resta a eles e aos mestiços um entre-lugar inóspito, representado bastante bem por personagens como Isabel (d’**O guarani**) e **Arnaldo** (de **O sertanejo**). A ficção da democracia racial – alardeada como realidade política à época – se escancara na obra alencareana, enquanto a nação insiste em apagar seus ranços de barbárie em busca de demonstrar um lustro europeu, como o autor revelará nos romances urbanos.

O significado de crítica político-social, que vimos tentando sublinhar no indianismo alencareano, porém, é aspecto que parece vir escapando à crítica. As abordagens de cunho sociológico vêm enfatizando uma tendência filo-colonialista em Alencar (a exemplo de Antônio

Candido e Alfredo Bosi), posição que se afirma na eleição d’**O Guarani** como paradigma enquanto deixam de perceber, no conjunto da narrativa alencareana, uma real percepção da condição do índio, na história e sociedade brasileiras, que evolui a olhos vistos.

Mas para que se possa compreender o alcance e a sutileza da inserção do indígena na história do Brasil por parte da narrativa alencareana, há que se ter em vista o conjunto de obras do autor em que este se encontra representado e, portanto, a amostragem não pode se restringir à clássica trilogia formada por **O guarani, Iracema e Ubirajara**, devendo se estender também a **As Minas de prata** e **O Sertanejo**, obras em que o indígena ainda se faz presente, na narrativa e na história do Brasil. A partir desta continuidade da representação do indígena, poder-se-á perceber o como a perspectiva do autor não se encontra estática no desenrolar da História (narrada e vivida) e, principalmente, que se deve reinserir Alencar no universo mental em que produzia, para que se possa dimensionar todo o alcance de sua representação da formação da nação e do papel do elemento autóctone no processo.

O índio foi a grande questão sócio-histórica, da literatura e da história do Brasil, no século XIX, como tema central da formação/fundação da nação pelas letras. E entremeando discursos, Alencar propunha uma ficção que destacava as limitações das fontes históricas, propondo-se a complementá-las e divergir delas ao sabor do seu bom senso. Escrevia e descobria as mazelas da formação nacional com todas as violências e desmazelo de um processo indefinido, em que a Nação se fizera aos trancos e sem grandes heroísmos ou grandes nomes. Desta maneira, o indianismo alencareano não se propunha apenas como retorno ao éden romântico, mas servia também como contraponto político e defesa da diferença nacional.

Ora, reconhecerno-nos também devedores do elemento autóctone – á época – significava um grande avanço em termos de ideologia e perspectiva social. Isto equivaleria a reabilitar grande parte do contingente populacional que, mestiço, era desconsiderado politicamente. Não havia, porém possibilidade real de que se negasse completamente a herança colonizadora, devido à magnitude do transplante cultural português, desconhecido em outras colônias do antigo Império português. O Brasil que chegara a ser centro do Império metropolitano e a abrigar literalmente a corte portuguesa e seus príncipes, não tinha como erradicar – principalmente naquele período ainda tão próximo da vinda da Coroa para o Brasil – a idéia de nação herdeira, tão herdeira quanto o príncipe português nascido no Brasil e então reinante.

A nação jovem, como alerta Alencar no prefácio a **Sonhos d’ouro**, ainda começava a formatar sua individualidade, em um período no qual a descoberta da influência indígena era aspecto revolucionário. Os autores românticos cantavam o índio do passado, aquele que ainda não havia sido “bafejado” pela cultura européia civilizadora e massacrante, que teria destruído uma “idade de ouro” em que o índio, como homem natural, vivia em paz com a natureza. Nesta perspectiva podemos citar Gonçalves Dias e Gonçalves de Magalhães. Para estes autores o índio, bravo guerreiro, havia lutado e perdido a guerra contra a crueldade da coroa portuguesa.

E o que vinha sendo um retrato do índio morto – e é curioso que tantas pinturas do século XIX se dediquem a retratar sua morte – nas mãos de Alencar se desenvolveu num crescendo que queremos demonstrar aqui como bastante heterodoxo e principalmente, como uma primeira tomada de consciência dos limites imagéticos da nacionalidade literária. Tal heterodoxia ocorre no escancaramento alencareano das fronteiras discursivas entre indianismo e indigenismo, principalmente representadas pela apresentação dos bons e maus indígenas, civilizados e selvagens. O índio não é mais tão somente a vítima, como também o inimigo a ser enfrentado. E a tomada de consciência se dá, em Alencar, no destaque à necessidade de pensar por si, ou seja, questionar a visão dos viajantes e cronistas, crescendo na percepção da violência da colonização.

Alencar não se desvencilhou nunca de sua visão européia, ainda que dissesse ser necessário fazê-lo, nas **Cartas à Confederação dos Tamoios**. É exatamente como descendente dos vencedores que ele se propõe a falar sobre os índios, buscando inserí-los na história, sem, porém, mudar os rumos dela. As intenções de Alencar beiram o historiográfico e, portanto, como não podia deixar de ser, a história narrada por sua literatura era a história dos vencedores, realizando uma tentativa de descentramento *avant-la-lettre* que avança bastante, ainda que não corresponda à verdade indígena (coisa provavelmente impossível). E inova ainda mais, ao abordar a nossa formação pelo viés do

olhar nacional, e mestiço, desvelando as mazelas da nacionalidade pelos moldes políticos em que de fato se deu.

O índio de Alencar finaliza a diferenciação nacional a partir do indígena, como proposto por sua época, tornando-se também fator de crítica político-social, ao ser descrito pelo autor como protoprecursor de um povo sem cidadania. Assim é que na narrativa alencareana o índio que se associa ao colonizador se torna vassalo impotente, condição que será herdada por seus descendentes, os brasileiros. E a visão crítica de Alencar se adensa à medida que avança na narrativa da história, demonstrando a impossibilidade de estes elementos verdadeiramente nacionais deixarem de ser apenas e tão somente coadjuvantes em sua própria história.

Portanto a partir de uma narrativa em que história e ficção se associam, Alencar refletiu verdadeiramente sobre a formação da nacionalidade, aproximando-se do indigenismo para produzir um indianismo histórico, em que a participação dos indígenas se torna essencial na formação da nacionalidade e da cultura brasileiras. Sua contribuição, portanto, para a formação de um imaginário nacional mestiço, em que o indígena fosse considerado como gente e como elemento fundante da civilização brasileira é aspecto que deve ser re-considerado de maneira menos preconceituosa, no sentido de uma reavaliação de seu indianismo na formação do imaginário brasileiro. E, principalmente, tempo se faz de reavaliar Alencar não como “o escritor das mocinhas e rapazes”, como afirma Antônio Candido na **Formação da Literatura Brasileira**, ou como “portador de idéias fora do lugar” como quer Roberto Schwartz (SCHWARTZ, 2001) em **Ao vencedor as batatas**, mas como pensador da realidade sócio-política brasileira e possível precursor de um pensamento genuinamente nacional (CANDIDO, 1993).

## REFERÊNCIAS

- ALENCAR, José de. *O Guarani*. Porto Alegre: L&PM, 2002. p. 101.
- CANDIDO, Antônio. *Formação da literatura brasileira*. 7. ed. Vol.2 (1836-1880). Belo Horizonte: Itatiaia, 1993.
- SANTOS, Wanderley Guilherme dos. A teoria da democracia proporcional de José de Alencar. In. SANTOS, Wanderley Guilherme dos. *Dois escritos democráticos de José de Alencar: sistema representativo, 1868, reforma eleitoral, 1874*. Rio de Janeiro: Editora da UFRJ, 1991. p. p. 9-56.
- SCHWARTZ, Roberto. *Ao vencedor as batatas*. São Paulo: Livraria duas cidades/ed. 34, 2001.